

Pílula do câncer falsificada

A fosfoetanolamina, que chegou a ser distribuída à população por força de lei sancionada por Dilma Rousseff em abril de 2016, voltou à tona neste início de janeiro de 2018, agora como um caso de polícia. **Página 5**

Fraude na fosfoetanolamina

Análises feitas por pesquisadores revelam que não há traço da substância no produto, agora comercializado como suplemento alimentar

DA UNICAMP

A fosfoetanolamina, a polêmica “pílula do câncer”, que chegou a ser distribuída à população por força de lei sancionada por Dilma Rousseff em abril de 2016, até a sua suspensão pelo STF logo no mês seguinte, voltou à tona neste início de janeiro de 2018, agora como um caso de polícia. Diante de vários pareceres contrários, médicos elegais, à sua utilização contra diversos tipos de câncer por falta de eficácia comprovada, a fosfoetanolamina passou a ser comercializada como suplemento alimentar – o que não é proibido pela legislação. Ocorre que avaliações realizadas no Instituto de Química (IQ) da Unicamp constataram que este produto não traz um traço sequer da substância. Laudo do Instituto Geral de Perícias (IGP), solicitado pela Polícia Civil e recém-divulgado, também constatou a inexistência de fosfoetanolamina em cápsulas de suplemento da empresa Quality Medical Line.

O dito suplemento alimentar promete melhorar a qualidade de vida, o desempenho de células de defesa do organismo e o equilíbrio das funções metabólicas do corpo, embora implicitamente explore a esperança para a cura do câncer. “Agora, o consumidor pode estar sendo vítima de fraude a partir de um mesmo produto”, diz o professor Luiz Carlos Dias, coordenador do Laboratório de Química Orgânica Sintética do IQ. O docente foi responsável pelas análises de cápsulas do lote número 1701053, colocado à venda na internet por 99 dólares (mais de R\$ 300) o frasco, adquirido e examinado a pedido do jornal Zero Hora e da RBSTV (Rede Brasil Sul), que em 3 de janeiro divulgaram reportagens que levaram a Polícia Civil a deflagrar a “Operação Placebo”.

BREVE HISTÓRICO

Isolada pela primeira vez em 1936, no Canadá, a fosfoetanolamina passou a ser estudada



FOTOS: REPRODUÇÃO

Segundo pesquisadores, frascos do lote analisado no Instituto de Química da Unicamp não contém fosfoetanolamina

no Brasil nos anos 90 pelo químico Gilberto Orivaldo Chierice, do Instituto de Química da USP de São Carlos. Depois de pesquisas com células cancerígenas in vitro e in vivo em pequenos animais, o pesquisador passou a promover, há alguns anos, a distribuição de cápsulas da substância a portadores de diversos tipos da doença.

Diante da repercussão da terapia e da oposição da comunidade científica, que não via indicativos conclusivos nas pesquisas realizadas pelo grupo de Chierice, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) criou, em 2015, uma equipe de trabalho para realização de estudos que atestassem a segurança e eficácia da substância. Apesar dos pareceres contrários à fosfoetanolamina emitidos pelo MCTI e por entidades ligadas à saúde, o governo Dilma promulgou lei autorizando seu uso. Logo depois, em maio de 2016, o Supremo Tribunal Federal (STF) revogou a lei, pondo fim à controvérsia envolvendo a chamada “pílula do câncer”.

A partir de então, a substância começaria a ser comercializada como suplemento alimentar, pela empresa Quality Medical Line, sediada em Miami (EUA) e constituída por sócios brasileiros, entre os quais dois ex-integrantes do grupo de Gilberto Chierice: o médico Renato Meneguelo e o bioquímico Marcos Vinicius de Almeida. A denúncia de que o suplemento não contém fosfoetanolamina, feita ao Grupo de Investigação (GDI) da rede de comunicação gaúcha, partiu de um ex-sócio da Quality, Humberto Silva de Luca, que deixou a empresa por desentendimentos.

Para confirmar a denúncia, o GDI solicitou as análises ao professor Luiz Carlos Dias devido à sua experiência anterior com a fosfoetanolamina. Os resultados, segundo o pesquisador da Unicamp, mostraram que as cápsulas do lote examinado não continham a substância: 96% do conteúdo era de excipientes usados para dar cor e consistência à mistura, comuns em medicamentos, mas desprovidos de quaisquer efeitos terapêuticos benéficos.

Os 4% restantes eram de fosfato de monoetanolamônio, derivado da reação química entre ácido fosfórico e monoetanolamina (matérias primas usadas na síntese da fosfoetanolamina) – tal substância já se revelara com efeito muito reduzido no combate ao câncer de pele, mas muito tóxica, pois ataca células sadias e doentes. “Para mim foi uma surpresa muito grande”, afirma o docente, que manifesta profunda indignação e revolta diante da comercialização de um produto comprovadamente inócuo, que não contém sequer o componente que leva as pessoas a comprá-lo.

Após as reportagens no Zero Hora e na RSBTV, a Polícia Civil deflagrou “Operação Placebo”, contra uma organização suspeita dos crimes de tráfico de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Os policiais cumpriram diversos mandados de busca e apreensão, além do sequestro de cerca de 80 veículos e o bloqueio de 33 contas bancárias em Porto Alegre e cidades de sua Região Metropolitana.



Professor Luiz Carlos Dias, responsável pelas análises feitas no Instituto de Química da Unicamp: “O consumidor pode estar sendo vítima de fraude a partir de um mesmo produto”